



seminário brasileiro sobre áreas  
protegidas e inclusão social  
encontro latino americano sobre  
áreas protegidas e inclusão social

**GRUPOS DE TRABALHO – VIII Sapis / III ELAPIS**

Os Grupos de Trabalho têm como objetivo proporcionar um ambiente aprofundado de debate em torno de diferentes eixos temáticos que abordam a questão da inclusão social em Áreas Protegidas.

Serão aceitos três formatos básicos de trabalhos para apresentação oral nos GTs:

- 1) Ensaios acadêmicos
- 2) Relatórios de gestão pública
- 3) Relatos/depoimentos de representantes de comunidades tradicionais/locais

Para maiores informações sobre submissão de Trabalhos Completos para os GTs, veja o [Edital de Submissão de Trabalhos Completos e de Propostas para Eventos Paralelos](#).

**Veja abaixo os temas, os coordenadores e as ementas dos 10 Grupos de Trabalho do VIII Sapis / III ELAPIS.**

| GT | Temática   | Coordenadores(as)  |
|----|--|--|
| 1  | História e Ecologia em Áreas Naturais Protegidas   | Rogério Ribeiro de Oliveira e Adi Lazos (PPGEO/PUC-Rio)  |
| 2  | Conflitos ambientais em áreas naturais protegidas: sobreposições, grandes obras, confrontos, resistências e protagonismo | Cleyton Gerhardt (CCJE/UFRJ), Carmen Andriolli (DDAS/CPDA/UFRJ) e Alba Simon (PPGSD-UFF)                 |
| 3  | Áreas naturais protegidas e gestão compartilhada do território   | Annelise Fernandez (PPGCS-UFRJ), Andreza Franco e Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)                           |
| 4  | Áreas naturais protegidas e os desafios para a gestão democrática do patrimônio público                                  | David G. Soares (ICS/UERJ) e Gustavo Melo (EICOS/GAPIS/UFRJ)   |
| 5  | Áreas naturais protegidas no Contexto Urbano: desafios e potencialidades   | Camila Morais (PPGEC/Unirio) e Sônia Peixoto (Ex-Chefe do P.N. Tijuca/PMRJ; PPGAU/UFF)                   |
| 6  | Educação Ambiental no contexto das Áreas Naturais Protegidas   | Carlos Frederico B. Loureiro (PPEG/UFRJ), Maria Tereza de Jesus Gouveia (FGV; REARJ; Projeto Coral Vivo) |
| 7  | Áreas naturais protegidas e Questões   | Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF) e  |

|    |   |  |
|----|---|--|
|    | Agrárias  | Janaína Tude Sevá (UFG)  |
| 8  | Ecoturismo e Uso público em Áreas Naturais Protegidas                       | Luiz Renato Vallejo, Douglas de Souza Pimentel (POSGEO/UFF) e Camila Rodrigues (PPDS/UFRRJ e PPGEC/Unirio) |
| 9  | Licenciamento ambiental e componentes culturais em territórios tradicionais | Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (PPGSD-UFF) e Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB)                |
| 10 | Áreas naturais protegidas: Memória, Patrimônio e Turismo                    | Maria Amália Oliveira (PPGEC/Unirio); Helena Catão (PPGTUR/UFF)  |

## EMENTAS DOS GTs

### GT-1. História e Ecologia em Áreas Naturais Protegidas

**Coordenadores:** Rogério Ribeiro de Oliveira (PPGGEO/PUC-Rio) e Adi Lazos (PPGEO/PUC-Rio)

**Ementa:** História e Ecologia são vertentes geralmente pouco exploradas no estudo de áreas naturais protegidas. No que se refere a ambientes terrestres, a sucessão ecológica opera no sentido de ocultar numerosas etapas da histórica relação sociedade  $\times$  natureza. Geralmente em termos de paisagem, o que temos hoje por “natural” pode se tratar de paleoterritórios usado por populações passadas. Na clássica dicotomia entre natureza e cultura, poucos ecossistemas recebem de forma tão intensa o estigma de “natural” como o que é conferido às florestas tropicais. O GT tem como objetivo discutir pesquisas e narrativas que resgatem a historicidade das paisagens das áreas naturais protegidas.

### GT-2. Conflitos ambientais em áreas naturais protegidas: sobreposições, grandes obras, confrontos, resistências e protagonismo.

**Coordenadores:** Cleyton Gerhardt (CCJE/UFRJ), Carmen Andriolli (DDAS/CPDA/UFRRJ) e Alba Simon (PPGSD-UFF)

**Ementa:** O GT focaliza o debate sobre conflitos envolvendo sobreposições territoriais entre distintos tipos/categorias de áreas naturais protegidas (terras indígenas, quilombos, reserva legal, UCs de uso sustentável e de proteção integral), confrontos resultantes da implantação de projetos extrativos, agropecuários, de preservação ambiental e de infraestrutura ditos "de desenvolvimento" (hidrelétricas, mineração, construção de rodovias, ferrovias, oleodutos, portos, etc.) em locais próximos ou dentro de áreas estratégicas do ponto de vista tanto da conservação da natureza como da garantia de autonomia a grupos sociais subalternos. Da mesma forma, considerando as iniciativas de preservação ambiental em curso e a emergência de tais conflitos, visa discutir o papel do Estado, de entidades privadas e agências multilaterais, a mediação de peritos e representações diversas (ONGs, OSCIPS, sindicatos, associações) e a atuação de grupos sociais em luta para garantir direitos. Por fim, são objetos de debate: visões hegemônicas de gestão ambiental e sua busca por soluções técnicas e (em tese) consensuais; construção de contra-narrativas e contra-propostas nativas a tais visões estabelecidas; produção de conhecimento e o papel, autonomia e cerceamento de especialistas (biólogos, antropólogos, engenheiros, advogados etc.) quando da elaboração de laudos, perícias, relatórios e pesquisas acadêmicas; novas territorialidades e tentativas

de obstrução, flexibilização e desregulamentação destas; processos de desterritorialização relacionados à instalação de projetos de desenvolvimento e efetivação de UCs que impliquem deslocamento de populações e/ou interdição de uso por parte destas; relação entre conflitos ambientais, legislação ambiental e políticas públicas dela decorrentes.

### **GT-3. Áreas naturais protegidas e gestão compartilhada do território**

**Coordenadores:** Annelise Fernandez (PPGCS-UFRRJ), Andreza Franco (PPGSD-UFF) e Napoleão Miranda (PPGSD-UFF)

**Ementa:** O GT tem como proposta discutir relatos de pesquisas sobre formas compartilhadas de gestão do território em áreas naturais protegidas. Em especial, nos interessa pensar as múltiplas inter-relações que decorrem do fato de que esses territórios são ao mesmo tempo regidos por uma concepção moderna de conservação da natureza e espaço vivido de populações tradicionais (agricultores, quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhos). Há interesse também nos trabalhos que contemplam as modalidades participativas de gestão das UCs, por meio dos conselhos consultivos e gestores, assim como as diferentes institucionalidades que atravessam os territórios protegidos, tais como empresas de energia e de captação de água, a terceirização de serviços de educação ambiental, de exploração econômica (privada ou comunitária) de uso público. Ao longo de décadas, essas formas compartilhadas de gestão do território produziram experiências de conflitos, pactuações, criação de novos instrumentos jurídicos e de novas categorias de UCs, etc. Importa destacar nesses casos, as diferentes concepções dos atores envolvidos sobre as relações sociedade, natureza ou sobre o que merece ser protegido nesses territórios.

### **GT-4. Áreas naturais protegidas e os desafios para a gestão democrática do patrimônio público.**

**Coordenadores:** David G. Soares (ICS/UERJ) e Gustavo Melo (EICOS/GAPIS/UFRJ)

**Ementa:** O GT tem como objetivo debater os principais desafios para a gestão participativa das áreas naturais protegidas, considerando a importância destas serem implementadas com base na noção de patrimônio público, cuja função social e ambiental possa ser cumprida de forma efetiva. Nesse sentido, busca-se discutir, criticamente, a participação social nos instrumentos de gestão das áreas naturais protegidas e as diversas questões associadas a este processo, abordando de forma ampla reflexões teóricas e/ou práticas sobre o tema. O GT busca também discutir novas experiências e iniciativas em processos participativos, que podem estar associados ou não aos instrumentos formais de participação das áreas naturais protegidas, se constituindo como oportunidades para se pensar os desafios na implementação e gestão democrática destas.

### **GT-5. Áreas naturais protegidas no Contexto Urbano: desafios e potencialidades.**

**Coordenadoras:** Camila Morais (PPGEC/Unirio) e Sônia Peixoto (Ex-Chefe do Parque Nacional da Tijuca, Prefeitura do Rio de Janeiro, Doutoranda PPGAU/UFF)

**Ementa:** A conservação dos recursos naturais em metrópoles envolve tensões com relação às principais questões políticas, sociais, científicas, culturais e econômicas, características do conflito de interesses associados a essas áreas, compondo distintos campos discursivos e arenas de debate de

diferentes interesses individuais e coletivos. Neste contexto, o GT se propõe a refletir sobre tais relações e buscar trabalhos que abordem debates como: planejamento, implementação e gestão das áreas naturais protegidas urbanas; Políticas públicas para a conservação da natureza; Ecologia urbana; gerenciamento do ambiente urbano; Crítica socioambiental urbana; Conflito e Justiça ambiental; Ética e desenvolvimento sustentável na cidade; Ecoturismo em cidades, e demais temas correlatos.

#### **GT-6. Educação Ambiental no contexto das Áreas Naturais Protegidas**

**Coordenadores:** Carlos Frederico B. Loureiro (PPEG/UFRJ), Maria Tereza de Jesus Gouveia (FGV; REARJ; Projeto Coral Vivo)

**Ementa:** No processo de institucionalização de áreas naturais protegidas no Brasil, em suas diferentes finalidades, a educação ambiental se consolidou como um dos seus instrumentos principais na gestão pública, no diálogo com grupos sociais do entorno, no atendimento à visitação e na divulgação científica. Para tanto, foi concebida de modo variado em políticas públicas e práticas cotidianas, abarcando um conjunto diverso e por vezes conflituoso de concepções, intencionalidades educativas e metodologias. Diante desse histórico da educação ambiental no contexto de áreas naturais protegidas, o GT se apresenta como um espaço de interlocução, análise e discussão sobre as diferentes experiências existentes ou realizadas, e sobre seus rumos e desafios nas políticas públicas ambientais.

#### **GT-7. Áreas naturais protegidas e Questões Agrárias.**

**Coordenadoras:** Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD-UFF) e Janaína Tude Sevá (UFG).

**Ementa:** O GT tem como objetivo fazer uma reflexão a partir de experiências de intervenção diretas ou indiretas conduzidas por projetos de pesquisa participativa ou de extensão universitários tendo como foco questões ou situações de conflitos agrários/ambientais em áreas naturais protegidas. As experiências elencadas para discussão nesse GT devem destacar como eixo central formas de construção políticas e ideológicas que produzem oposições sociologicamente dramáticas e contradições profundas entre ambiente e direitos de pertencimento territorial, dentro de modelos de planejamento oficial construídos sem participação popular, conduzidas por instituições do Estado, como INCRA, FUNAI, IBAMA, ICMBio, INEA, etc., ou impactadas por investimentos de desenvolvimento estatal ou privados tais como mineração e barragens que transformam comunidades assentadas em segmentos subalternizados de "atingidos" em formas variadas de violência, e que afetam tanto a conservação da natureza quanto os direitos de populações tradicionais e sem-terra. As pesquisas, os projetos de extensão universitária e os cursos de formação tem servido tanto para qualificar pela Teoria Crítica mudanças estratégicas criativas e significativas a favor dos "atingidos" ao longo desse tipo de conflitos em processo de acontecimentos, como para gerar registros importantes dessas trajetórias e das contradições em cheque.

#### **GT-8. Ecoturismo e Uso público em Áreas Naturais Protegidas**

**Coordenadores:** Luiz Renato Vallejo (POSGEO/UFF), Douglas de Souza Pimentel (POSGEO/UFF) e Camila Rodrigues (PPDS/UFRRJ e PPGE/Unirio).

**Ementa:** Ecoturismo e uso público em áreas naturais protegidas, políticas públicas e perspectivas no Brasil e na América Latina. Infraestrutura e capacidades para a gestão e o desenvolvimento de parcerias para o ecoturismo em áreas naturais protegidas. Efeitos socioambientais do ecoturismo e sua gestão. O GT propõe debater o ecoturismo e o uso público nas áreas naturais protegidas como atividades em evidência no Brasil e na América Latina. Neste contexto, mesmo considerando os benefícios potenciais do ecoturismo e do uso público em áreas naturais protegidas para as socioeconomias locais e regionais, a atividade prescinde de iniciativas no campo das políticas públicas visando fortalecer competências, infraestrutura e o acesso a estas áreas. Além disso, a consolidação dessas atividades, em bases sustentáveis, depende de parcerias, seja no campo público e/ou privado, destacando-se também as iniciativas de base comunitária e as atividades de voluntariado. Os benefícios e os desafios do ecoturismo e do uso público serão abordados a partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscando destacar casos em diferentes áreas naturais protegidas.

### **GT-9. Licenciamento ambiental e componentes culturais em territórios tradicionais.**

**Coordenadores:** Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão (PPGSD-UFF) e Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (UnB).

**Ementa:** O GT pretende estabelecer um diálogo entre agentes que efetivamente tenham tido envolvimento com este tipo de estudo. Seja na academia, seja em empresas de consultoria, sejam os profissionais autônomos, sejam os empreendedores, sejam atores institucionais (da FUNAI, IPHAN e FCP, por exemplo). Neste sentido, não está focado em um debate “teórico”, “doutrinário”, “hipotético-dedutivo” sobre o desafio dos Estudos de Componente Cultural do Licenciamento Ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes sobre povos indígenas, remanescentes de quilombo e outras referências culturais protegidas, como patrimônio cultural imaterial ou não. Pretende reunir trabalhos construídos a partir de estudos de componentes, indígena ou quilombola, no sentido de discutir novos princípios norteadores para a lógica de mitigação, compensação, monitoramento, e etc., que sejam diversos dos consagrados no licenciamento ambiental, como o “poluidor/pagador”. Entendemos que este princípio torna, na melhor hipótese, os processos de mitigação/compensação dos Programas Básicos Ambientais (PBA) um resultado de soma zero. Quantifica-se os impactos em termos monetários e o empreendedor “compensa” um valor equivalente, ou em alguns casos acrescidos de multiplicadores. Ademais, o escopo dos programas de compensação fica restrito à uma lógica de causalidade atinente ao empreendedor ou à burocracia, que nem sempre corresponde à percepção, por parte das comunidades afetadas, do que mitigaria ou compensaria seus “danos”. Em alguns estudos realizados junto a comunidades indígenas e quilombolas, pesquisadores do NUPIJ/UFF têm procurado estabelecer novos princípios de relacionamento do empreendedor com as comunidades impactadas, que permitam a ambos lados retornos continuados, onde empreendedor e comunidades compartilhem os resultados dos empreendimentos, cada um à sua maneira, ao longo do tempo.

### **GT-10. Áreas naturais protegidas: Memória, Patrimônio e Turismo.**

**Coordenadoras:** Maria Amália Oliveira (PPGEC/Unirio); Helena Catão (PPGTUR/UFF)

**Ementa:** O termo patrimônio é polissêmico, envolvendo vários sentidos e assume no mundo moderno classificações atreladas a distintas noções, como por exemplo: perda, monumentalidade, intocabilidade e testemunho. Historicamente, as áreas naturais protegidas foram concebidas como patrimônio da nação (belezas cênicas típicas de um país, recursos naturais estratégicos,

biodiversidade). Em torno dessas concepções se organizaram as atividades de turismo e lazer em áreas naturais protegidas. Apesar deste (e em reação a este) modelo oficial de conservação e uso público consagrado pelos parques, formas locais e culturalmente diversas de apropriação da natureza e do território foram afirmadas no contexto da redemocratização do Brasil e passaram a ser identificadas como manifestações autênticas e igualmente passíveis de patrimonialização. Diante do exposto, o GT se coloca como espaço para discussão sobre as diversas experiências nas quais se relacionam memória, patrimônio e turismo em áreas naturais protegidas. A partir da história social e memória de atores, que processos de patrimonialização foram acionados na constituição de diferentes áreas naturais protegidas? Como o fenômeno turístico participa das construções de memória e patrimônio? Quais interferências podem ser detectadas a partir da inserção de novos interesses e conflitos aportados pelo Turismo ao campo do patrimônio. Que desafios se colocam para o equacionamento das práticas oficiais e comunitárias de turismo em áreas naturais protegidas? De que modo os estudos sobre memória podem contribuir para novas interpretações sobre as paisagens, como híbridos de natureza e cultura? Nossa intenção é promover o debate, a troca de ideias e a reflexão sobre os desdobramentos e possibilidades dessa relação em perspectiva interdisciplinar. Desta forma, convidamos pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, interessados nas questões relacionadas aos aspectos aqui elencados, a apresentar trabalhos resultantes de pesquisas que abordem este universo.